



“COMPROMISSO DE CLASSE POR UMA SOCIEDADE EMANCIPADA” – NOTAS PARA REFLEXÃO

“Class commitment to the working class and to a free society” – a brief reflection

Inez Stampa¹

*A emancipação humana não é algo inevitável.
É somente uma possibilidade.
Se se realizará ou não, dependerá da luta dos próprios homens.
Tonet (2005)*

RESUMO

Este texto busca refletir sobre o que quer dizer, hoje, *ter compromisso de classe por uma sociedade emancipada*, tomando como ponto de partida o chamado do conjunto CFESS/Cress para as comemorações do dia do/a assistente social neste ano de 2011. Com base na teoria social de Marx, utiliza o materialismo histórico como método de análise e orientação para a reflexão, realizando um breve resgate histórico sobre as lutas e movimentos sociais através da história com o objetivo de indicar elementos para o debate sobre os desafios enfrentados pelo Serviço Social na perspectiva da emancipação humana.

¹ Graduada em Ciências Sociais e em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenadora do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas pelo Arquivo Nacional. E-mail: <ines-tampa@ig.com.br>.

PALAVRAS-CHAVE

Lutas de classe. Movimentos sociais. Serviço Social. Emancipação humana.

ABSTRACT

This paper aims to discuss what means today to have a commitment to the working class and to a free society, taking as base the call of CFESS/Cress for the commemorations of the *social assistant day* in this year of 2011. It utilizes the social theory of Marx and the historical materialism. It also tries to promote a brief historical revision on the themes of class struggles and social movements in order to debate the challenges faced today by the Social Work in the perspective of the emancipation of the human being.

KEYWORDS

Class Struggle. Social movements. Social Work. Human emancipation.

Recebido: 30/5/2011

Resubmetido: 30/08/2011

Aceito: 09/09/2011

INTRODUÇÃO

Com os novos desafios que se apresentam cotidianamente para os assistentes sociais, este ensaio busca refletir sobre o que quer dizer, hoje, *ter compromisso de classe por uma sociedade emancipada*, tomando como base o chamado do conjunto CFESS/Cress² para as comemorações do dia do/a assistente social neste ano de 2011. O chamado resume bem os desafios a serem enfrentados pela categoria, em tempos de capitalismo financeiro e de acirramento de

² O conjunto CFESS/Cress é constituído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 25 Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress) e 2 Seccionais de Base Estadual, com aproximadamente 98 mil assistentes sociais inscritos e ativos em todo território nacional. Fonte: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 7 abr. 2011.

mais uma crise do capital.

Para enfrentar o desafio proposto nesta reflexão, considera-se fundamental fazer, antes de tudo, um breve apanhado da história das principais lutas e movimentos sociais ocorridos no Mundo e no Brasil, dada a importância do resgate desses acontecimentos para a compreensão da luta de classes e, principalmente, para a afirmação da atualidade da mesma para a compreensão das novas configurações que a questão social assume. Isso sublinha a questão das desigualdades sociais como centro das inquietações e perplexidades e como expressão de um conjunto de fenômenos que se constituem no contexto do sistema capitalista e mundializado.

A abordagem aqui realizada pretende buscar na história alguns elementos que nos ajudem a dar conta do desafio proposto. Neste sentido, busca inspiração na teoria social de Marx e, de forma despretensiosa, utiliza o materialismo histórico como método de análise e orientação para a reflexão.

Para Marx, as relações socioeconômicas são a base material a partir da qual todas as sociedades se organizam historicamente. A partir deste *mirante*, podemos romper com a história idealista – aquela que tratava (ou trata) a história da humanidade como uma sequência ordenada de fatos relativos aos reis, religiões, imperadores, tubarões da indústria etc., ou seja, a história contada pelos *vencedores*.

Com Marx, inaugura-se a dialética da história – e as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos passam a ser estudadas pelos seus elementos contraditórios, buscando sempre encontrar o elemento responsável pela sua transformação, dando continuidade ao processo histórico.

Isso é fundamental para entendermos porque Marx afirmou que a história das lutas de todas as sociedades existentes é a história das lutas de classes (MARX; ENGELS, 2001).

SITUANDO AS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS ATRAVÉS DA HISTÓRIA – UM BREVE PANORAMA

No Brasil, como em toda parte, há uma pirâmide da fortuna e do poder social. Apesar das diferenças entre os países, essa pirâmide tem sempre o vértice mais estreito do que a base. Não obstante alguns avanços apresentados nos últimos anos, a *pirâmide brasileira* tem um dos vértices mais estreitos do mundo refletindo o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, bem como o estágio e as contradições do capitalismo em nosso país³.

Mesmo para os padrões da América do Sul, o Brasil ainda é um Império de desigualdades. No IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, feito pela Organização das Nações Unidas/ONU/PNUD)⁴, estamos atrás, por exemplo, da Argentina, do Uruguai e do Chile... Isso para não mencionar a africana Líbia (PNUD, 2010).

É preciso ressaltar, inicialmente, que nem toda desigualdade social é, necessariamente, desigualdade de classe, pois esta não é, simplesmente, determinada pela diferença de remuneração. “A diferença de remuneração entre um servente e um operário altamente qualificado não transforma estes dois homens em membros de classes sociais diferentes” (MANDEL, 1978, p. 12). A desigualdade de classe tem as suas raízes na estrutura e no desenvolvimento da vida econômica, e é mantida e acentuada pelas principais instituições sociais e jurídicas da época.

³ No Brasil, cerca de 4% da população é muito rica, o que denota concentração maciça de renda ou superconcentração de renda. Hobsbawm (1995) refere-se ao Brasil como “[...] monumento à desigualdade social”.

⁴ O **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de *desenvolvimento humano* e para separar os países desenvolvidos (muito alto desenvolvimento humano), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos a nível nacional. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse enfoque é apresentado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs), que propõem uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúnem tabelas estatísticas e informações sobre o assunto. A cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados, cidades, aldeias, etc. A cargo do PNUD, o relatório é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países (SEN, 1999).

Por outro lado, a desigualdade social e a divisão da sociedade em classes não é uma invenção do capitalismo. É possível encontramos desigualdade social em todas as sociedades anteriores que nos legaram registros escritos.

Durante sua existência *pré-histórica*, isto é, anterior à escrita, é aceito por especialistas que o homem viveu em condições de extrema pobreza, dependendo da coleta e da caça. Em tais organizações sociais, pelas próprias condições, era natural que todos contribuíssem em um ambiente de relativa igualdade.

Foi somente durante a chamada *Revolução neolítica* (ocorrida, aproximadamente, 8.000 anos atrás) que se deu o desenvolvimento de técnicas agrícolas e de pastoreio. Com a produção de um excedente permanente de víveres, membros dessas sociedades primitivas puderam se especializar, como os artesãos, por exemplo, ou assumir funções ainda mais privilegiadas – ainda mais “intelectualizadas” como, por exemplo, a de feiticeiro, que assumia as funções religiosas da tribo.

A divisão social inicia-se, portanto, com a divisão do trabalho. A produção social deixa de servir igualmente a todos, dividindo-se em duas partes. Na primeira parte, temos o produto necessário, ou seja, aquilo que garante a subsistência dos produtores, sem cujo trabalho toda a sociedade se afundaria (a pirâmide ruiria). Na segunda, temos o sobreproduto social, ou seja, o excedente produzido pelos produtores e tomado pela classe opressora. Com isso, opera-se também a separação das duas funções econômicas fundamentais, quais sejam: a produção e a acumulação. “Uma divisão social do trabalho completa a partir de então a divisão econômica do trabalho. A produção social deixa de servir, no seu conjunto, para ocorrer às necessidades dos produtores” (MANDEL, 1978, p. 26).

A formação das classes sociais é, portanto, um processo de separação. É a separação do trabalho intelectual e do trabalho manual, a separação das funções econômicas e a separação e apropriação do sobreproduto social por uma classe exploradora. Dito de outra maneira, a formação das classes sociais é o resultado de uma luta

social permanente, travada entre quem produz e quem se apropria do excedente produzido.

Não é possível saber, de forma precisa, quando se iniciou esse processo, mas encontramos registro de sua ocorrência nas primeiras sociedades que desenvolveram a escrita (por exemplo, entre os sumérios – que habitavam o que hoje é o Iraque –, os egípcios, os babilônios, os chineses, dentre outros).

No Egito, por exemplo, onde pirâmides, estas de pedra, foram erigidas para a glória *post-mortem* dos reis, um texto intitulado *A Sátira das Profissões*, escrito 3.500 anos atrás, deixou-nos o registro dos camponeses explorados pelos escribas reais – os cobradores de impostos a serviço do faraó⁵. Aqui temos um exemplo de trabalhadores da burocracia a serviço da classe dominante, explorando os camponeses.

Na Pérsia dos aquemênidas (a primeira dinastia persa)⁶, na Grécia das cidades-estado ou na Roma de Marco Antônio, encontramos sociedades escravagistas e rigidamente hierarquizadas.

É possível, assim, observar que a luta entre a classe explorada e a classe exploradora acompanha a própria História do homem⁷. Neste ponto, é preciso deixar claro, não há indicação de que a História se repete. O que se repete na história do homem é a própria luta do homem, quer dizer, é a luta das classes oprimidas contra seus opressores. A história de todas as sociedades de classe é a história das lutas de classes.

⁵ É um texto anônimo de instruções que exalta as virtudes de ser escriba por meio da crítica a todas as outras profissões. Para a manutenção de um vasto império como foi o Egito, a escrita acabou sendo tarefa exclusiva de uma privilegiada parcela da população. Os escribas eram os únicos que dominavam a leitura e a escrita dos hieróglifos. Sua formação acontecia em uma escola palaciana onde os mais bem preparados obtinham cargos de fundamental importância para o Estado. Entre outras funções, um escriba poderia contabilizar os impostos, contar os servos do reino, fiscalizar as ações públicas e avaliar o valor das propriedades.

⁶ Refiro-me à primeira dinastia dos reis fundadores do império persa, em 458 a. C.

⁷ O aparecimento das classes sociais originou o Estado, que é a principal instituição destinada a manter as condições sociais dadas. Não obstante a importância do estudo sobre o Estado para compreensão das lutas de classes, não me deterei aqui nesta discussão, tendo em vista os objetivos da abordagem proposta neste texto. Contudo, devo deixar claro que compreendo o Estado como um espaço contraditório, permeado pela luta de classes.

Nas sociedades que adotavam o chamado *modo de produção asiático* (Japão, China, Índia, Ceilão e parte da América pré-colombiana), no qual o imobilismo social e o cultivo hereditário da terra eram, ao mesmo tempo, um direito e um dever, numerosas revoltas camponesas ocorreram.

Na antiguidade clássica ocidental (Grécia e Roma, séc. VIII a.C ao séc. V d.C), milhares de escravos fugidos, reunidos sob o comando de um também ex-escravo, Spartacus, incendiaram cidades e puseram em risco a própria existência do Império Romano.

Na França cristã da Idade Média, o luxo dos senhores contrastava com a fome dos camponeses. De forma paternalista, mas principalmente jocosa, a nobreza utilizava a expressão *Jacques Bonhomme* para referir-se ao populacho, o que quer dizer, em uma tradução bem livre, *Zé Povinho*. Mas o Zé Povinho também se rebelou, em sangrentas revoltas que ficaram conhecidas como *Jacqueries* ou revolta dos Jacques (séc. XIV).

A Revolução Francesa, que se iniciou em 1789, alterou profundamente o quadro político e social da França. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza, bem com o estabelecimento de direitos universais segundo o mote *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. A Revolução Francesa foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776).

Após a Revolução Francesa (1789-1799)⁸ e as guerras napoleônicas (1803 a 1815), Saint-Simon (1760-1825) imaginou a sociedade organizada como uma imensa fábrica, administrada coletivamente segundo o princípio “[...] a cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo seu trabalho” (SAINT-SIMON apud WILSON, 1986, p. 134). Nessa frase, atribuída a Saint-Simon, encontramos um princípio de igualdade material: tratar os desiguais como iguais também pode ser injusto. Ou seja, Saint-Simon propôs a criação de

⁸ Revolução Francesa é a denominação dada ao conjunto de acontecimentos ocorridos entre 1789 e 1799, que alteraram o quadro político e social da França. Ela começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. As *Jacqueries*, de certa forma, podem ser consideradas precursoras da Revolução Francesa.

um novo regime político-econômico, pautado no progresso científico e industrial, em que todos os homens dividissem os mesmos interesses e recebessem adequadamente pelo seu trabalho, não obstante as *pequenas desigualdades* que tal proposição encerra.

Saint-Simon, assim, é considerado por muitos um precursor do socialismo e alguns de seus discípulos (como, por exemplo, Fourier e Owen) criaram comunidades utópicas de breve existência na América do Norte. Para o economista marxista Mandel (1978; 1985), essas sociedades utópicas fracassaram, em grande parte, porque ou destruíam deliberadamente todo o sobreproduto social e regresavam a uma pobreza primitiva, não podendo fazer frente, como sociedades igualitárias, ao avanço tecnológico; ou desapossavam a antiga classe opressora em proveito de uma nova classe de opressores.

Chamo a atenção para esses dois pontos quando falamos em compromisso de classe para uma sociedade emancipada.

Em primeiro lugar, devemos evitar idealizar a pobreza como forma igualitária. A pobreza e a necessidade não são e nunca serão socialistas, ainda que esse possa vir a ser um estágio pelo qual um projeto socialista tenha que passar. O socialismo pressupõe o fim do estado de necessidade. Por outro lado, é preciso construir mecanismos de gestão verdadeiramente democráticos, onde haja espaços de debate e decisão sob o risco de trocarmos *seis por meia dúzia*, ou seja, substituirmos uma classe opressora por outra classe opressora.

As profundas alterações na maneira de explorar os recursos naturais e produzir bens, com uma radical transformação no controle dos sistemas de poder (a revolução burguesa sob múltiplas formas), plasmada na chamada Revolução Industrial, originada na Inglaterra no séc. XVIII e que se espalhou pelo mundo nos séculos seguintes, consistiu em um profundo impacto no processo produtivo, com a superação do trabalho artesanal pelo trabalho da máquina e a possibilidade de acumulação de um gigantesco excedente de produtos.

Diante das contradições sociais que se aprofundavam, Adam Smith (2003) procurou responder as questões que se apresentavam, formulando o seguinte raciocínio: quando uma pessoa busca o melhor para si, toda a sociedade é beneficiada.

Esse período de inovações – não obstante a importância que tem para o progresso científico e para a história da humanidade – ficou marcado pela super exploração dos trabalhadores fabris, incluindo crianças e idosos⁹.

Observe-se que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade preconizados pela Revolução Francesa, na prática capitalista que se consolida, assumem nova conotação: liberdade para o mercado surge como prioritária em relação à igualdade. Situações sociais são transformadas em problemas individuais, como se as oportunidades fossem iguais para todos e como se a ascensão social dependesse de cada um. Liberdade sem restrições para a produção e o comércio. Há discordâncias desse princípio mesmo entre os economistas liberais. Keynes (1992)¹⁰, por exemplo, defende uma estratégia estatal de sustentação do pleno emprego dos fatores de produção e da mão de obra.

As revoluções sociais que se seguiram são uma demonstração patente do aprofundamento das lutas sociais diante das novas condições de exploração da classe trabalhadora. As Revoluções de 1848 foram uma série de revoluções ocorridas na Europa central e ocidental (Estados Alemães, França, Áustria-Hungria, Estados Italianos etc.), que combateram regimes governamentais autocráti-

⁹ As principais alterações advindas com a Revolução Industrial podem ser traduzidas no conhecimento científico da natureza relacionado estreitamente à produção, à formação da civilização urbano-industrial e a possibilidades antes nem pensadas para a exploração da natureza e a elevação da condição de vida dos homens. A revolução industrial é considerada, portanto, como um formidável avanço, não obstante o preço social altíssimo – o custo do progresso foi a generalização da miséria relativa.

¹⁰ Keynes (1883-1946) discordou da lei de Say – “[...] a oferta cria sua própria demanda [...]” (KEYNES, 1992, p.23) –, assim como não acreditava que a produção de mercadorias gerariam, sempre e obrigatoriamente, demanda suficiente para outras mercadorias. Poderiam ocorrer crises de superprodução, como ocorreu na década de 1930, com o *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929. Para ele, o livre mercado pode, durante os períodos recessivos, não gerar demanda bastante para garantir o pleno emprego dos fatores de produção devido ao “entesouramento” das poupanças. Nessa ocasião, seria aconselhável que o Estado criasse déficits fiscais para aumentar a demanda efetiva e instituir uma situação de pleno emprego.

cos, crises econômicas e falta de representação política das classes médias. Também chamadas de “Primavera dos Povos”¹¹, foram iniciadas por membros da burguesia e da nobreza que exigiam governos constitucionais, e por trabalhadores e camponeses que se rebelaram contra os excessos e a difusão das práticas capitalistas.

A revolução irrompeu primeiramente na França, em fevereiro de 1848, onde os socialistas atuaram sob a inspiração de Louis-Auguste Blanqui. Inicialmente aliados, socialistas e burgueses acabaram – como é natural – por entrarem em conflito.

A onda revolucionária de 1848 foi um pressuposto fundamental para a obra de Karl Marx. A partir de então, o pensamento revolucionário da classe trabalhadora e os ideais da burguesia liberal se fraturaram, definitivamente, em dois campos opostos.

A cabeça de Blanqui mal tinha sido arracanda quando a Comuna de Paris, considerada o primeiro governo operário da história, foi fundada em 1871 na capital francesa por ocasião da resistência popular ante à invasão prussiana¹² e a opressão burguesa. A Comuna não tinha um programa de governo estabelecido, mas foi fortemente influenciada pelos ideais da Primeira Internacional Socialista (1864) que fora polarizada entre Marx e o líder anarquista Bakunine. Vale ressaltar que a utilização moderna do termo “comunista” vem de *communard*, nome dado aos integrantes da Comuna.

¹¹ Indicando o “desabrochar” dos povos, dizem respeito a uma série de levantes de membros do operariado e do campesinato, que passaram a exigir melhores condições de vida e trabalho. Aproveitando das novas tendências que surgiam, fizeram uma forte oposição ao regime monárquico. Alimentando ainda mais esse sentimento de mudança, nesse mesmo ano houve a publicação do Manifesto Comunista, que defendia a mobilização dos trabalhadores. Comungando da união expressa no Manifesto, várias cidades foram tomadas por barricadas de trabalhadores que se espalhavam por cidades da França, dos Estados Alemães, da Áustria e outros grandes centros urbanos. Apesar dos ideais românticos e das bandeiras coloridas em favor de uma sociedade mais justa, a “Primavera” não conseguiu transformar definitivamente a Europa. Contudo, demonstraram a nova articulação política que estava sendo engendrada. Além disso, demonstrava para a nova ordem burguesa o potencial de mobilização das classes trabalhadoras em torno de seus interesses e projetos políticos próprios (BEER, 2006).

¹² A Prússia, estado independente antes da unificação da Alemanha, também invadiu a França. Quem dominava o Estado era Napoleão III, que se tornou presidente e depois imperador da França e foi derrubado na guerra. Os cidadãos franceses pegaram em armas e forçaram a retirada da Prússia. Thiers (1797-1877), se tornou presidente e depois primeiro-ministro, instalando a Terceira República (a Primeira República, originária da Revolução Francesa, foi derrubada por Napoleão, “Le Grand”; a Segunda República foi derrubada por Napoleão III, “Le Petit”).

O Anarquismo, que era a orientação seguida pela maioria dos integrantes da Comuna, teve grande influência no pensamento e na atividade política da esquerda até os anos de 1930, sobretudo pela participação de diversos anarquistas na Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Em continuidade ao conturbado século XIX, ocorreu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no âmbito das disputas entre o nascente imperialismo alemão e os já consolidados imperialismos britânico e francês.

A guerra causou o colapso de quatro impérios (Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Turco-Otomano) e mudou de forma radical o mapa geopolítico da Europa e do Oriente-Médio. A queda do Império Russo foi seguida pela primeira revolução bem sucedida de orientação marxista, a Revolução Russa, em 1917.

A Revolução Russa consistiu em uma série de eventos e conturbações políticas na Rússia, que, após a eliminação da autocracia russa (de características ainda mediélicas) e, posteriormente, do Governo Provisório (este, de orientação burguesa e liberal), resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique de V. I. Lenin¹³.

Do ponto de vista econômico, a guerra produziu crescente desequilíbrio entre a produção e o consumo, manifestando-se uma crise econômica que teve na inflação seu aspecto mais importante e ocasionou grande desequilíbrio social, com a pauperização da classe média e o aumento da pressão operária. Não parecem esses os atores de todas as crises desde o século XX?

Em seu início, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) opôs novamente os imperialismos inglês e francês ao imperialismo alemão. Nos estágios finais do conflito, porém, já estavam envolvidas diversas outras potências, como a União Soviética (URSS), a República

¹³ Os "sovietes" eram conselhos de trabalhadores. O resultado desse processo foi a criação da União Soviética que, após a II Guerra Mundial, implantou diversos governos socialistas no Leste Europeu. Em 1955, o líder comunista e dissidente iugoslavo Milovan Dias publicou *A nova classe: uma análise do sistema comunista*, no qual observa o estabelecimento de uma classe de privilegiados dentro da *nomenklatura* (burocracia) soviética.

da China e o Império do Japão, além de dezenas de países europeus, asiáticos, africanos e latino-americanos (como o Brasil). Economicamente, a Segunda Guerra Mundial significou o declínio da Europa e a ascensão dos Estados Unidos (EUA) como país central do capital internacional – como já é reconhecido: Império.

A 2ª Guerra Mundial foi rapidamente substituída pela Guerra Fria, um conflito político-ideológico entre os EUA, defensores do capitalismo e do “mundo democrático ocidental”, e a União Soviética (URSS), defensora do “socialismo real”, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991). É chamada “fria” porque não houve combate direto entre as duas potências.

No âmbito da Guerra Fria, diversos conflitos regionais explodiram. Na versão soviética da Guerra do Afeganistão (1979-1989), por exemplo, os EUA apoiaram o Taleban de Bin Laden contra os soviéticos.

Em 1991, após uma tentativa fracassada de reforma do sistema político e econômico, a União Soviética deixou de existir. A crise do *socialismo real* tinha contornos ideológicos bem definidos, além dos problemas econômicos apresentados.

Dentre as lutas sociais no Brasil e na América Latina, cabe destacar Simón Bolívar (1783-1830), cognomidado *O Libertador*, líder revolucionário venezuelano responsável pela independência da Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru.

Liberal (de pensamento!) e democrata, acreditava que o Novo Mundo deveria ser constituído por nações livres e independentes, unidas entre si por um corpo de leis em comum que regulassem seus relacionamentos externos. A figura de Bolívar continua a inspirar movimentos políticos e revolucionários em toda a América Latina, como a “Revolução Bolivariana” na Venezuela.

Em Cuba, o triunfo da Revolução Cubana (1959), um movimento popular que consistiu na derrubada do governo de Fulgêncio Batista e, posteriormente, no estabelecimento de um governo de orien-

tação marxista liderado por Fidel Castro, acentuou os encontros entre a URSS e os EUA na chamada Guerra Fria.

No Brasil, a Cabanagem¹⁴, revolta ocorrida no Pará (1835-1840) apresentou um cunho social devido à extrema miséria do povo paraense e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil. Repetindo a Revolução Francesa, os líderes do movimento foram progressivamente mortos pelos próprios revolucionários, a exemplo do que ocorrera com Danton e Robespierre.

A Revolta Praieira, ocorrida em Pernambuco, a última das revoltas provinciais, esteve ligada às lutas político-partidárias que marcaram o Período Regencial (1840-1889). Contudo, também se inseriu no contexto das revoluções socialistas e nacionalistas que varreram a Europa neste período do séc. XIX. Foi marcada pelo repúdio à monarquia, com manifestações a favor da independência política, da república e por um reformismo radical que incluía a libertação dos escravos.

A Guerra de Canudos – movimento de fundo sócio-religioso, reprimido militarmente, que durou de 1893 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no Brasil – é outro exemplo de *rebeldia* das classes oprimidas. A origem do conflito pode ser entendida na grave crise econômica e social em que se encontrava a região à época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação essa agravada pela ocorrência de secas cíclicas e de desemprego crônico.

Podemos citar ainda a Coluna Prestes (1925-1927), as Ligas Camponesas¹⁵, a deposição do presidente João Goulart¹⁶ e a resistência à Ditadura Militar (1964-1985) como evidências ou consequências da continuidade da luta social, e do *corde de classe* desses embates.

¹⁴ Em referência aos trabalhadores *cabanos*, que moravam em cabanas.

¹⁵ Criadas na década de 1950, com o mesmo nome da antiga liga fundada pelo Partido Comunista Brasileiro em 1930, lutavam por reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores do campo. Comandadas por Francisco Julião, foram dissolvidas após o golpe militar de 1964.

¹⁶ Jango, como era conhecido, lançou as Reformas de Base, que consistiam em projetos de reforma nos setores educacional, fiscal, político e agrário, incluindo a nacionalização das refinarias de petróleo sob controle privado. Foi deposto em 1º de abril de 1964 por um golpe militar apoiado pelo governo dos EUA. No dia seguinte, a manchete do jornal O Globo seria: “Ressurge a Democracia” (KONDER, 2003).

Contra a ditadura brasileira, formou-se, a partir dos últimos anos da década de 1960, uma intensa mobilização política, cultural e sindical. No ABC paulista, em 1978, milhares de trabalhadores e trabalhadoras cruzaram os braços em busca de melhores condições de trabalho e salário, além de apoiar o processo de redemocratização do país (BATISTONI,2010).

Também deve ser lembrado o movimento *Diretas Já*, um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas, criado em 1984. Apesar do grande envolvimento popular, o movimento fracassou, pois a emenda foi derrotada e Tancredo Neves foi eleito indiretamente..

Ainda assim, o processo de redemocratização política se iniciou com a volta do poder civil em 1985, com a aprovação de uma nova Constituição Federal em 1988, e se completou com a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989.

Em termos históricos, a chamada reestruturação produtiva experimentada nas últimas décadas, com destaque para a década de 1990, e a mundialização capitalista penalizaram ainda mais a classe trabalhadora.

Por outro lado, é preciso levar em conta que elementos como o desemprego estrutural, a crise recente do capitalismo e a diversidade de situações de trabalho têm modificado as bases da solidariedade de classe, trazendo graves consequências para a organização da classe trabalhadora.

Esse quadro afeta, gravemente, as condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores e trabalhadoras e se reflete na fragilização dos laços sociais, rompendo com formas elementares de solidariedade social e de ação coletiva.

Ter em vista a perspectiva histórica é importante, mas é preciso articulá-la dialeticamente com as demandas do nosso próprio tempo.

Nesse sentido, tudo parece indicar que, não obstante as dificuldades enfrentadas, os trabalhadores e suas organizações continuam atuantes, trazendo para o centro de suas lutas e do debate novas

pautas e formas de atuação, algumas dela articuladas com outros movimentos sociais (STAMPA, 2010).

Ao longo dos anos 1990, pesquisadores e sindicalistas foram tomados pela ideia de *crise do trabalho* e, correlatamente, de *declínio do sindicalismo*. Passada essa década, percebe-se, já com o distanciamento necessário, que esse processo de transformação se deu de forma distinta da que, originalmente, foi pensada, e que os sindicatos vêm buscando, embora com muitas dificuldades, dar conta da realidade que lhes foi imposta.

É preciso resistir, portanto, à tentação do fatalismo em face das dificuldades que os movimentos de emancipação enfrentaram, sobretudo no Brasil e na América Latina. Devemos reconhecer, ao contrário, que foram as lutas sociais que construíram e continuam a construir alternativas às políticas *do mercado*.

No contexto das mudanças implementadas pelo capital, no cenário mundial, a classe trabalhadora ficou mais complexa, fragmentada e heterogênea. Em alguns setores, tornou-se mais qualificada; em outros, desqualificada e precária. Constituiu-se, de um lado, um contingente reduzido de trabalhadores e trabalhadoras polivalentes e multifuncionais e, de outro, uma grande massa precarizada de trabalhadores e trabalhadoras sem qualificação (subempregados e **informalizados**) atingida pelo desemprego estrutural.

Não obstante as investidas do capital que busca se recompor constantemente frente às crises cíclicas próprias deste modo de produção (MANDEL, 1985), os movimentos sociais e de trabalhadores avançam com suas lutas, em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, em defesa do direito ao trabalho e de muitas outras pautas evidenciadas pelas novas expressões da questão social.

Nesse sentido, cabe destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve origem na oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente nos anos 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica. Contrariamente a este modelo, o MST

busca fundamentalmente a redistribuição das terras improdutivas. O MST é um dos mais polêmicos movimentos sociais em atividade no Brasil, sendo constantemente criticado pela grande imprensa.

COMPROMISSO DE CLASSE POR UMA SOCIEDADE EMANCIPADA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Atualmente, falar de compromisso de classe é reconhecer a necessidade de articulação entre diferentes movimentos e lutas sociais, incluindo aí os movimentos de trabalhadore/as.

Nesse sentido, e tendo em vista os objetivos desta reflexão, quando falo em compromisso de classe, portanto, não estou falando exclusivamente do/as assistentes (“uma classe” – classe dos advogados, classe médica, classe artística etc.), mas sim de uma categoria profissional que é parte da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1999). O autorreconhecimento de assistentes sociais como trabalhadores é uma questão ainda em aberto. Mas isso não é uma exclusividade desse grupo.

Assim, falar em emancipação, na perspectiva dos movimentos sociais e da classe trabalhadora é resgatar um conjunto de elementos que se tinha deixado para trás, como, por exemplo, recuperar o trabalho como categoria-chave da compreensão da história e restabelecer o primado do sujeito na teoria social, bem como resgatar o papel e o projeto da classe trabalhadora como sujeito da história.

Discutir a emancipação humana, portanto, requer explicitar as ideias em torno do projeto de libertação humana, que se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético, sendo a liberdade uma luta pela humanização e contra a coisificação. Investidas teóricas deste porte se apresentam como necessárias, marcadamente na contemporaneidade, que, como expressão filosófica e estética do culto ao individualismo, vem buscando desqualificar todas as perspectivas coletivas, através do argumento do subjetivismo e as novas demandas sociais, atingindo frontalmente os conceitos “clássicos”, como o de classes sociais e o da emancipação,

pela opção reformista como nova síntese histórica.

O conceito deriva do latim *emancipare*, relacionando-se ao processo, individual e coletivo, de considerar pessoas ou grupos independentes e representa o processo histórico, ideológico, educativo e formativo de emancipar indivíduos, grupos sociais e países da tutela política, econômica, cultural ou ideológica (PIZZI, 2005).

Emancipar-se só é possível, no contexto de sociedades democráticas, por exigir um exercício anterior de noções como liberdade, igualdade, autonomia e desalienação, pois, para exercer a emancipação, é necessário viver em sociedade, usufruindo direitos civis, políticos e sociais, nos âmbitos individual e coletivo, o que se desdobra em questões morais e éticas.

Para Marx, o próprio Estado representava a alienação dos indivíduos sociais em relação ao poder mais abrangente de tomada de decisões (MÉSZÁROS, 2002).

Sendo necessária à emancipação, a crítica da ideologia de cada época e das organizações das sociedades democráticas, fincadas nos ideais de liberdade, novamente nos remete a Marx (apud MÉSZÁROS, 2002):

A libertação, diz Marx, é um ato histórico, não um ato mental [...]. A transformação, através da divisão do trabalho, dos poderes (relações) pessoas em poderes *materiais* não pode ser dissipada descartando-se *da mente* a idéia que se tem dela, mas só pode ser abolida pelos *indivíduos* quando novamente *sujeitam estes poderes materiais a si mesmos* e abolem a *divisão do trabalho*. Isso não é possível sem a comunidade. Somente dentro da comunidade *cada indivíduo* possui os meios para cultivar seus dons em todas as direções; por isso, a *liberdade pessoal* só se torna possível *dentro da comunidade* [...]. Na *comunidade real*, os indivíduos obtêm sua *liberdade* por meio de sua associação (MÉSZÁROS, 2002, p. 488-489).

A tese dos interesses coletivos solaparem os individuais é rechaçada já que, no marxismo, autonomia individual e emancipação hu-

mana se complementam, demonstrando os distanciamentos entre o pensamento liberal e o pensamento marxista: o viés de classe social é um dos eixos estruturais do marxismo; a mão invisível do Estado e suas “mediações”, o argumento do liberalismo, para justificar as desigualdades. O liberalismo trata de indivíduos abstratos; o marxismo, de sujeitos concretos.

Em Marx (2002), emancipação é um projeto que insere a libertação de todos os homens, através do reconhecimento do reino da liberdade (afirmação como sujeito e minimização como objeto) – aspectos em que corrobora Lukács, ao inscrever a inserção crítica, como marco dos homens em seu processo de transformação.

Nesse sentido, a emancipação, para Marx, difere da perspectiva liberal, para a qual liberdade significa ausência de coerção e ação individual. No marxismo, ser livre é ser autodeterminado. Há, portanto, uma relação direta entre liberdade e emancipação, pois, para os princípios marxistas, a emancipação se dá quando vão sendo eliminados os obstáculos à liberdade, pela associação entre homens e mulheres.

As análises de Marx sobre a liberdade pessoal esbarraram nos limites da sociedade capitalista, fincada nas leis de mercado. Daí, apesar das liberdades individuais terem sido alavancadas no liberalismo (ao menos para a classe burguesa), as críticas dos marxistas abordam os limites formais da democracia burguesa. Porém, as críticas internas ao próprio pensamento marxista, conforme assinala Bottomore (1997), acentuam que:

É um erro pensar que o desmascaramento da ideologia burguesa implica denunciar as liberdades burguesas como ilusórias. Antes, é preciso mostrar que, em certos casos [...] elas restringem ou mesmo impedem o exercício de outras liberdades mais valiosas, e que, em outros ainda [...] são aplicadas de maneira excessivamente limitada (BOTTOMORE, 1997, p. 124).

Engels (1880) situa a emancipação em relação direta com a independência econômica, com a participação de homens e mulheres

no mundo do trabalho em escala social. Emancipar-se, em primeira instância, pensamos, passa pelo referencial econômico, pelo gerenciamento da própria existência. Posteriormente, mas estritamente relacionados e não hierarquicamente, teremos de considerar as significações sociais: *emancipação* como plenitude da ação política, afetivo-emocional e social. O processo emancipatório constitui-se em uma totalidade de aspectos, dos quais o trabalho produtivo social é prioritário em relação aos demais.

Da mesma forma, Engels e a maioria dos autores marxistas tratam a emancipação sempre como um processo coletivo, de classe. Nesse contexto, quais as possibilidades de analisarmos as lutas por emancipação, na atualidade, com o eixo da luta de classes?

A formação desta nova condição humana emancipatória deve estar na base de uma atitude crítica, comprometida com o tornar homens e mulheres *atuais* à sua época, observando o processo de luta para essa transformação.

Expressa está, portanto, a concepção política na ideia de construção de novos homens e mulheres, rompendo com o individualismo e com as apologias reformistas, propondo a condição humana emancipatória. É nesse sentido que entendo a condição humana emancipatória e questiono: em que medida o Serviço Social tem se colocado como alternativa para uma participação crítica, dentro da ideia de forjar as condições para o desenvolvimento e fortalecimento da emancipação humana?

A emancipação é um vir-a-ser e está articulada ou condicionada às heteronomias da organização da sociedade capitalista, isto é, às contradições sociais. A luta pela emancipação deve ter como norte servir mais à contradição e à resistência, que à conformação e adaptação. As sociedades mantêm os homens não emancipados porque, mesmo no contexto de transformação, há resistências e um grande teor de repressão.

Seremos alçados ao reino concreto da liberdade quando os meios de produção se tornarem propriedade social e os homens e mulheres dominarem a natureza, assenhorando-se desta e de si próprios,

o que traz vinculação direta ao projeto emancipatório. Conforme situou Engels (2008) a humanidade procederia ao salto do reino da necessidade ao reino da liberdade, pelo conhecimento e domínio das necessidades da natureza, para o qual não haveria liberdade, enquanto estivéssemos submetidos à necessidade.

A emancipação humana deve passar por uma revolução social que transforme radicalmente a forma de sociabilidade da sociedade capitalista.

A ideologia dominante, numa determinada forma de sociabilidade, é a ideologia da classe dominante. Isto porque a classe dominante domina não só a produção material, mas também a produção intelectual, visto que é proprietária dos meios de produção material e intelectual. A ideologia da classe dominante tem a aparência de representar os interesses universais da sociedade. Por exemplo: na sociedade burguesa vigoram as ideias de liberdade e de igualdade, em especial, o liberalismo econômico e o liberalismo político, que afirmam que os homens são iguais perante o mercado mundial e perante o Estado político.

O domínio através desses conceitos é extremamente sutil, em comparação com as ideias das classes dominantes nos modos de produção pré-capitalistas, quando a exploração se baseava em desigualdades claras e explícitas entre os homens e quando as classes dominantes se apropriavam do produto excedente social sob a forma de valores de uso.

A sociedade do capital se caracteriza pela contradição entre vida privada e vida pública, contradição esta que vem se acirrando no mundo contemporâneo, o que tem levado muitos indivíduos a escolhas ideológicas que fortalecem a sociedade baseada no mercado e na democracia liberal, pois a sociedade do interesse particular impera.

Isto coloca um problema vital a ser enfrentado: o poder da ideologia da perspectiva do capital enquanto poder que tem distorcido o marxismo, desde a origem da obra de Marx, nos anos 1840, passando pelas mais diversas épocas históricas até atingir esse início do século XXI, em que se proclama a morte de Marx. O proletariado,

salvo vitórias esporádicas e inesperadas, tem sido derrotado pelo poder da ideologia da classe dominante há mais de 160 anos. Isto põe a urgência histórica da construção da perspectiva do socialismo no século XXI.

Segundo Marx (1978), a emancipação humana deve ser efetivada a partir de um duplo ato revolucionário: primeiro, um ato de natureza política, através do qual o proletariado possa alcançar o poder político e inicie a destruição do Estado político e do seu fundamento, isto é, o mercado; segundo, um ato marcadamente social, uma revolução social através do qual se possa transformar radicalmente a forma de sociabilidade, superando-se o mercado e a política.

Lukács (1979) também coloca a possibilidade da emancipação humana como possibilidade aberta no curso do desenvolvimento histórico. E Mészáros (2002) considera que essa emancipação implica e pressupõe a superação da política, assim como a superação do capital.

O chamado do conjunto CFESS/Cress – *Compromisso de classe por uma sociedade emancipada* – para as comemorações do dia do/a assistente social neste ano de 2011 trouxe algumas inquietações e levou-me a refletir sobre as questões aqui pontuadas.

Ressalte-se, neste sentido, que o CFESS, os Cress e Seccionais estruturam suas ações em duas grandes frentes: “[...] a primeira segue a trilha da defesa, da qualificação e da valorização profissional, e a segunda caminha na trincheira da classe trabalhadora na luta pela ampliação, socialização e universalização dos direitos e das políticas públicas” (CFESS, 2011). Organizadas em comissões de trabalho constituídas pelos/as conselheiros/as, são frentes de atuação que articulam e desenvolvem atividades pautadas por princípios e valores ético-políticos, plasmados no Código de Ética Profissional.

Por outro lado, e de acordo com manifestação recente do Conjunto (MANIFESTO..., 2011), a dinâmica da realidade, na qual se move a profissão, vem sendo marcada pela reestruturação produtiva que precariza as condições e as relações de trabalho, acompanhada de contrarreformas no âmbito do Estado e caracterizada pela des-

regulamentação e violação dos direitos. O sociometabolismo do capital (Mészáros, 2002) opera numa lógica destrutiva, que aprofunda as desigualdades, o desemprego, a violência e criminaliza os pobres e as organizações dos/as trabalhadores/as, desmontando os caminhos de humanização da vida:

As políticas sociais se apresentam, cada vez mais, focalizadas, compensatórias e regressivas. A exploração de classe é, permanentemente, acompanhada pela opressão relacionada à questão étnicoracial, de gênero e de orientação sexual [...]. Diante desse contexto, o Conjunto CFESS/Cress pauta-se pela análise crítica da realidade, que alicerça o debate, e por ações estratégicas em torno da valorização da ética, da defesa dos direitos e do enfrentamento à desigualdade, na perspectiva da emancipação humana. Essa direção empreendida hoje no Conjunto aponta para o compromisso com o fortalecimento do projeto ético-político profissional, expresso nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, por meio da articulação com os movimentos sociais e com as entidades representativas da categoria: Abepss e Enesso (CFESS, 2011).

Observa-se, claramente, a direção assumida pelo conjunto CFESS/Cress, pautada em um compromisso ético-político com a classe trabalhadora, numa perspectiva de fortalecimento de movimentos sociais e da própria profissão, na luta por um projeto societário que tenha no horizonte a emancipação humana, nos termos defendidos por Marx, conforme já indicado.

Não obstante os avanços e conquistas já empreendidos pela categoria profissional, mas sem esquecer os desafios que se colocam para a profissão, na atualidade, pode-se indagar quanto ao compromisso assumido com o chamado do conjunto CFESS/Cress: quem é a classe trabalhadora hoje? O que é a classe trabalhadora hoje?

Esse chamado leva em consideração a importância do espaço público para se compreender a dinâmica do compromisso de classe necessário para que alcancemos uma sociedade emancipada.

Cabe destacar que, ao partir de uma perspectiva de recusa do cami-

no economicista – que exclui a luta de classes e as esferas da política e da ideologia, assim como do politicista, que rejeita a esfera da economia política e o mundo da materialidade –, a reflexão sobre a construção de espaços públicos democráticos no Brasil não pode prescindir do campo de debates da sociedade civil, importante arena da luta de classes. É nessa arena que as classes lutam para conquistar a hegemonia, ou seja, a direção política para a construção do projeto societário que almejam (GRAMSCI, 1991).

Contudo, é sabido que, no Brasil, as relações tradicionais com a sociedade civil são marcadas por uma profunda herança elitista e autoritária e pela prática do clientelismo. Sobre esta questão polêmica e para um aprofundamento sobre as dificuldades de construção de espaços públicos democráticos no País, é interessante ver as observações de Gurza Lavalle a esse respeito:

A emergência do social no mundo moderno deu lugar à vida pública e [...] seus efeitos interagem com a vida política e dependem das possibilidades da institucionalização universal de interesses [...]. A coincidência e os descompassos nas dinâmicas da organicidade do social, da institucionalização política de interesses pelo Estado e pelos meios de comunicação interagem de forma complexa na configuração do espaço público (GURZA LAVALLE, 2004, p. 167).

A maioria das análises sobre o tema indicam que tal espaço é frequentemente tolhido pelas imposições dos interesses privados que deles se apropriam, remetendo, muitas vezes, tais dificuldades para a herança da escravidão e sua sequelas. Diante disso, cabe perguntar: que tipo de vida pública é gerada, sob os efeitos da terrível heterogeneidade e desigualdade social que continuam existindo no País, não obstante os processos de modernização vividos ao longo do séc. XX e que, ainda hoje, permanecem? Parece que essa possibilidade de alteração nas relações sociais remete novamente à participação da população.

Mais uma vez, parece que a possibilidade de transformar a visão política centra-se na descoberta da ação coletiva, pois são os coletivos que criam dissenso, que criam política, esta entendida como

escolha entre soluções alternativas, capaz de elaborar outros modelos (RANCIÈRE, 1996).

Dupas (2003, p. 90) afirma que “[...] o grande desafio para a preservação da cultura democrática implica a reconstrução de um espaço público e a volta do debate político” e que o desafio contemporâneo é, pois, tentar constituir uma nova identidade coletiva quando as utopias se foram e a ideia de formar parte de um todo se descreditou, o que acentua a necessidade inerente ao ser humano de dar sentido à vida e à sua transitoriedade.

Por outro lado, devemos enfatizar o fato de que o movimento dos trabalhadores é um tipo de ação coletiva e que, como tal, não pode ser pensado apenas no espaço do mundo do trabalho ou mesmo no espaço institucional das relações profissionais. Sendo os movimentos de trabalhadores fenômenos sociais, é necessário entendê-los em toda sua complexidade, o que significa abordá-los nos contextos sociais ampliados em que eles se manifestam.

Daí a necessidade em se pensar os movimentos de trabalhadores inseridos na sociedade civil, com potencial de provocar o debate nas esferas públicas, com suas demandas, além da possibilidade de contribuir para decisões sociais e políticas de interesse para a classe trabalhadora.

Ainda que movidos por um otimismo da vontade quanto ao potencial dos movimentos sociais para a emancipação da sociedade, não podemos prescindir de certo pessimismo analítico. Gramsci (1991) alertava para a vigilância em momentos de crise. É preciso não se deixar levar por fantasias nem tampouco cair na desesperança – *pessimismo da razão, otimismo da vontade*. Ou seja, o caminho é político, o julgamento é difícil, e a idealização uma armadilha.

Nos limites desta abordagem, podemos sustentar que a temática das lutas e movimentos sociais não é propulsora, hoje, de muitos debates e pesquisas nas Ciências Sociais e, em especial, no Serviço Social, ainda que as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora sejam condicionantes históricos essenciais das conquistas de direitos sociais e das ações emancipatórias.

Com o objetivo de tornar mais clara a reflexão aqui proposta, cabe uma breve referência ao que se observa na literatura especializada sobre o tema *movimentos sociais*. Os primeiros estudos sobre o tema surgiram no final da década de 1960, com a eclosão de um ciclo de protestos em várias partes do mundo. Nas ciências sociais, o debate sobre o fenômeno somente se instalou na década de 1970, quando foram abordados os movimentos sociais como forma de ação coletiva, e surgiu, então, a primeira ramificação no interior desse estudo, com enfoques diferenciados.

O primeiro deles veio da escola norte-americana, cujo foco de pesquisa é a organização dos movimentos sociais (formas de *recrutamento*, quem são as pessoas que participam, como decidem e como organizam as formas de protestos). Nessa abordagem, não está em jogo a contestação da ordem social ou do capitalismo por parte desses movimentos. Já a escola europeia – que influenciou os cientistas sociais brasileiros – adota um tipo de investigação sobre o aspecto externo dos movimentos sociais, especialmente sua identidade social, analisando como eles se relacionam com as demais instâncias da sociedade, quais são suas formas de protestos, como se organizam e qual seu impacto nas demais forças sociais. Essas teorias quase sempre entenderam os movimentos sociais como movimentos anticapitalistas, ou seja, movimentos motivados pelo estabelecimento de uma outra forma societária, ainda que não necessariamente o socialismo, uma vez que várias dessas teorias nem sempre foram teorias obrigatoriamente inspiradas pelo marxismo.

Nas ciências sociais há muito dissenso teórico, escolas e definições de movimentos sociais. Todavia, no caso brasileiro, nossa memória recente recorda os movimentos sociais que reativaram a mobilização popular, sufocada pelo período de ditadura militar, como o novo *sindicalismo*, gestado no final da década de 1970, em São Bernardo do Campo (SP), e um sem-número de movimentos populares. O Brasil é um dos países que apresentam grande número de movimentos sociais. Podem ser encontrados, em todo o país, movimentos de luta pela terra e reforma agrária, pela habitação, movimentos dos negros, dos indígenas, das mulheres, movimentos ecológicos e co-

operativos, de meninos e meninas em situação de rua, movimentos de saúde, de pessoas com deficiência, movimentos comunitários de bairros, de produção e consumo, e tantos outros.

Grandes conquistas sociais e políticas foram resultantes dessa multifacetada mobilização popular, como, por exemplo, a anistia dos exilados políticos em 1979, a reforma dos partidos políticos, a institucionalização das organizações sindicais e populares, a reforma constitucional de 1988 e a eleição direta a presidente da República. A noção de movimentos sociais está aqui sendo utilizada de uma forma ampla, de modo a contemplar as variadas expressões da mobilização popular em curso no país, em defesa de direitos sociais e coletivos (GOHN, 2007).

Tendo em vista a potencialidade de tais movimentos e lutas sociais, bem como a necessidade de busca de alternativas para o *empoderamento* das classes populares, acredito caber aos assistentes sociais, nas mais diversas áreas de atuação, um compromisso com o que há de mais emancipador atualmente, que são as lutas sociais da classe trabalhadora em suas mais diversas manifestações e estratégias. Esse compromisso não significa negar as contradições e os conflitos desses movimentos, mas sim de reconhecê-los como espaços de resistência e esperança. Nesse sentido, estaremos em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, comprometido que ele está com a liberdade e com a socialização da riqueza e da participação política.

No dia 13 de março deste ano, o Código de Ética do/a assistente social completou 18 anos. Alcançou a maioria! Isso me faz pensar novamente na emancipação.

O nosso código de ética expressa compromisso com a defesa dos direitos e da emancipação humana. Isso significa que deve ser utilizado como um instrumento de compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária: trabalhadores e trabalhadoras desse país tão marcado pelas desigualdades de classe.

Aqui o compromisso de classe vem novamente à tona: refiro-me àqueles que trabalham e lutam todos os dias para tentar materiali-

zar, tornar realidade, os princípios e diretrizes expressos no Código de Ética. Esta atitude é que pode consolidar o Serviço Social como uma profissão comprometida com os direitos da classe trabalhadora, tantas vezes esquecidos, tantas vezes negligenciados.

A direção social expressa no Código de Ética indica claramente a necessidade histórica de construção de um processo societário comprometido com as lutas seculares da classe trabalhadora. Mas, não esquecendo que os/as assistentes sociais são também trabalhadores/as e também sujeitos às perversas condições de trabalho que vêm fragilizando laços de solidariedade entre a classe trabalhadora. Reconhecer a condição de partícipe da classe trabalhadora é, portanto, um exercício indispensável para nós. Porém, não basta.

É preciso reconhecer que a nossa práxis profissional deve ser pautada no compromisso com a defesa dos direitos e da emancipação humana. É um compromisso de classe, numa época em que a exacerbação do individualismo, a mercantilização da vida social e a banalização da vida humana passaram a fazer parte de nossas rotinas.

Isso implica em perder o medo que ainda persiste em muitos setores ditos de esquerda, de pensar e construir/reconstruir espaços públicos democráticos, que possam incorporar as grandes maiorias que não têm vez, nem voz, nem poder de pressão no âmbito da sociedade.

Aqui não podemos falar de fórmulas e nem de receitas. O caminho é político. Que projeto societário queremos? Com quem estabeleceremos compromisso de classe?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas formas de luta, segundo a história de cada país, de cada povo, de cada região, são legítimas. Este ensaio buscou demonstrar este aspecto com o breve resgate histórico proposto. Os espaços de resistência e de esperança gerados pelas reações populares precisam ser preservados.

Cabe aos intelectuais, aos militantes, aos políticos progressistas e, no nosso caso, aos assistentes sociais, aprender com o que hoje temos de melhor, que são as organizações populares e os movimentos e lutas sociais, inclusive na América Latina e no Brasil. Eles também são permeados de contradições e conflitos, tal como a sociedade brasileira. Mas querem enfrentá-los.

O saldo positivo das lutas pela democratização deve ser utilizado pelas organizações democráticas que queiram enfrentar os interesses do capital financeiro, que se traduzem cotidianamente nos mercados, na mídia e nos círculos de poder.

Cabe aqui destacar, no que se refere ao Serviço Social, duas ordens de tensão, dentre outras, com as quais a profissão se defronta. Por um lado, temos as exigências históricas quanto à elaboração ou reelaboração de propostas/respostas qualificadas às demandas que são colocadas ao Serviço Social pelo movimento contraditório entre as forças sociais que exercem o controle do capital (LOPES; ABREU, 2010). Por outro, temos aqueles que lutam pela construção de um controle alternativo como uma necessidade das lutas emancipatórias de nossa época.

Aqui, uma vez mais, a questão das lutas e das classes sociais e da emancipação humana se impõe como categoria de análise para evitar a visão fragmentada da sociedade (falo do avanço das teorias ditas *pós-modernas* que reforçam a questão da identidade como categoria de análise e acentuam a orientação ao individualismo) no processo de formação da consciência profissional e política dos trabalhadores no contexto das lutas sociais que precisam ser empreendidas.

Refiro-me à vinculação da profissão com as lutas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora como referência para a emancipação da humanidade. Ou seja, precisamos de um Serviço Social que acredite no poder transformador da sociedade brasileira, das organizações populares e dos movimentos sociais e que se articule e se comprometa cada vez mais com as lutas travadas pela classe trabalhadora, na perspectiva de um projeto societário que tenha no horizonte a emancipação humana.

Entendo que esta trajetória é um devir dialético, em que parece crucial atentarmos para as ponderações de Mészáros (2002) sobre as perspectivas emancipatórias das classes trabalhadoras no século XXI. Deste modo, não há como pensarmos o projeto socialista, em suas possibilidades históricas, sem ter como eixo o poder da ideologia emancipadora:

Sem esta, as classes trabalhadoras dos países capitalistas avançados não serão capazes de se tornar “conscientes de seus interesses”, muito menos de “lutar por eles” – em solidariedade e espírito de efetiva cooperação com as classes trabalhadoras das “outras” partes do único mundo real – até uma conclusão positiva (MÉSZÁROS, 2002, p. 546).

Tais desafios projetam a necessidade de um Serviço Social que esteja atento aos interesses da classe trabalhadora, que não perca de vista o compromisso ético-político assumido em seu projeto profissional e esteja *atenado* ao movimento consciente de se vincular a outros movimentos – locais, regionais, nacionais e ao redor do mundo – como forma de sonhar novos mundos e o ideal emancipatório.

No entanto, se a alternativa ao capitalismo é a emancipação humana, como devemos travar essa luta, de qual perspectiva devemos defender os direitos ameaçados dos trabalhadores para que consigamos acumular forças, tendo em vista a emancipação humana? (LESSA, [2007]). Aqui está o cerne da questão: não se trata se devemos ou não defender os direitos ameaçados. Antes, trata-se de saber com que perspectiva, que estratégia utilizar para fazê-lo. Em outras palavras, cabe perguntar: em qual terreno devemos nos colocar para que essa luta possa acumular forças contra uma sociabilidade que não prescinde do Estado político, da propriedade privada e da exploração da classe trabalhadora? Neste sentido, o chamado do conjunto CFESS/Cress é muito claro e instigante.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; LOPES, J. B. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura. **Revista de Políticas Públicas: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas**, número especial, São Luís, v. 1, p. 109-117, 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BATISTONI, M. R. **Confronto operário: a oposição metalúrgica de São Paulo nas greves e comissões de fábrica (1978-1980)**. São Paulo: IIEP, 2010.

BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Manifesto CFESS, Abepss e Enesso: Conjunto CFESS/Cress – Compromisso de classe por uma sociedade emancipada**. Brasília, 15 maio 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2011.

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 1880. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GURZA LAVALLE, A. **Vida pública e identidade nacional**. São Paulo: Globo, 2004.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KONDER, L. **Histórias das idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LESSA, S. **A emancipação política e a defesa de direitos**. [2007]. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos914/emancipacao-defesa-direitos/emancipacao-defesa-direitos.shtml>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas**, São Paulo, v. 1, 1979.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. Portugal: Edições Antídoto, 1978.

_____. **O capitalismo tardio: os economistas**. São Paulo: Nova Cultural: 1985.

MANIFESTO CFREES, ABEPSS e ANESSO. Brasília, maio de 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>>.

MARX, K. Notas Críticas al Artículo: “El Rey de Prusia y La Reforma Social. Por um prusiano”. In: _____. **Obras de Marx y Engels**. Barcelona: Grijalbo, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: L&PM Editores, 2001.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PIZZI, J. **O desenvolvimento e suas exigências morais**. 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. Ed. do 20º aniversário. New York, 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: nov. 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento humano e IDH**. 1999. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: maio 2011.

SMITH, A. **A Riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

STAMPA, I. Trabalho e movimentos sociais: diálogo possível? **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 149-162, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/950/679>>.

TONET, I. Cidadania ou Emancipação Humana. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 4, n. 44, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.espa-coacademico.com.br/044/44ctonet.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

WILSON, E. **Rumo à Estação Finlândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.